

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Semestre	
	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	408.670	455.583
Operações de crédito	389.324	372.377
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	30.938
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5d	(11.592)
Despesas da intermediação financeira	(201.768)	(271.337)
Operações de captação do mercado	(117.956)	(136.321)
Despesas de obrigações por empréstimos	6	(5.262)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(78.550)
Resultado operacional	144.955	132.527
Resultado não operacional	9	(22)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	144.964	132.505
Imposto de renda	15a	(34.858)
Contribuição social	15a	(20.994)
Ativo fiscal diferido	(2.362)	(518)
Lucro líquido do período	86.750	66.598
Lucro líquido por ação do capital social	3,14	2,41

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

	Semestre	
	2019	2018
Lucro líquido do período ajustado	224.926	203.796
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e da contribuição social	144.964	132.505
Depreciações e amortizações	985	916
Despesa com provisões contingentes	195	163
Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	78.550	70.646
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU	271	(434)
Varição de ativos e obrigações	(210.060)	(147.288)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(227.937)	(153.902)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(5.563)	(384)
(Aumento)/redução em resultado com títulos e valores mobiliários	(25.007)	(26.608)
Aumento/(redução) em depósitos	21.811	(52.452)
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	108.512	101.907
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos	36.277	121.032
Aumento/(redução) em instrumentos financeiros derivativos	(3.225)	(57.805)
Aumento/(redução) em outras obrigações	14.990	5.774
(Aumento)/redução em resultado de exercícios futuros	(10.811)	7.705
Imposto de renda e contribuição social pagos	(119.317)	(92.555)
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado	14.866	56.508
Alienação de imobilizado de uso	12	-
Aquisição de imobilizado de uso	(107)	(9)
Aplicações no intangível	(936)	(605)
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado	(1.031)	(614)
Pagamento de dividendos	-	(70.000)
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/aplicado	-	(70.000)
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	13.835	(14.106)
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	186.790	198.917
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	200.625	174.811
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	13.835	(14.106)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)						
ATIVO			PASSIVO			
	2019	2018		2019	2018	
Circulante	3.018.532	2.834.926	Circulante	2.033.269	1.947.291	
Disponibilidades	4	11.690	4.410	2.284.220	1.423.173	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	188.580	169.811	9	1.266.406	
Aplicações em operações compromissadas	188.580	169.811	Depósitos a prazo	9	17.814	
Títulos e valores mobiliários	730.533	678.338	Recursos de aceites e emissão de títulos	108.668	-	
Cotas de fundo de investimento	4	355	Obrigações por emissão de letras financeiras	108.668	-	
Carteira própria	5	730.178	677.748	11	526.731	
Instrumentos financeiros derivativos	6	12.262	409.862	Obrigações para empréstimos	526.731	
Instrumentos financeiros derivativos	6	12.262	409.862	Obrigações para empréstimos	526.731	
Operações de crédito	7	1.966.050	1.804.251	Instrumentos financeiros derivativos	6	16.185
Operações de crédito	7	1.966.050	1.804.251	Instrumentos financeiros derivativos	6	16.185
Financiamentos - Setor privado	2.120.275	1.959.295	1.959.295	Outras obrigações	12	97.465
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(154.225)	(155.024)	(154.225)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12	1.332
Outros créditos	104.942	146.236	Fiscais e previdenciárias	58.939	69.607	
Diversos	8	104.942	146.236	Diversas	37.194	63.677
Outros valores e bens	4.475	5.318	1.995.685	Exigível a longo prazo	1.995.685	1.789.380
Bens não de uso próprio	6.936	7.120	1.567.006	Depósitos	10	207.816
Provisão para desvalorização	(2.493)	(2.048)	1.496.581	Depósitos interfinanceiros	9	1.496.581
Despesas antecipadas	32	246	9	70.425	11.665	
Realizável a longo prazo	1.890.752	1.634.649	Recursos de aceites e emissão de títulos	11	526.731	
Instrumentos financeiros derivativos	6	510	409.862	Obrigações por emissão de letras financeiras	10	207.816
Instrumentos financeiros derivativos	6	510	409.862	Obrigações para empréstimos	11	165.518
Operações de crédito	7	1.654.078	1.438.309	Obrigações para empréstimos	6	165.518
Operações de crédito	7	1.654.078	1.438.309	Instrumentos financeiros derivativos	6	14.656
Financiamentos - Setor privado	1.732.838	1.505.073	1.505.073	Instrumentos financeiros derivativos	6	14.656
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(78.762)	(68.164)	(78.762)	Outras obrigações	12	40.689
Outros créditos	236.166	189.667	Fiscais e previdenciárias	322	652	
Diversos	8	236.166	189.667	Diversas	40.367	29.830
Outros valores e bens	236.166	189.667	18.264	Resultados de exercícios futuros	14	18.264
Despesas antecipadas	-	48	12.216	Recursos de exercícios futuros	14	18.264
Permanente	7.055	5.672	Patrimônio líquido	16	869.121	
Investimentos	6	6	Capital social	16	444.387	
Outros investimentos	6	6	Reserva de lucros	16	424.734	
Imobilizado de uso	3.218	593	281.973			
Outras imobilizações de uso	3.218	593				
(Depreciação acumulada)	(571)	(566)				
Intangível	3.831	5.073				
Software	14.874	14.291				
(Amortização acumulada)	(11.043)	(9.218)				
Total do ativo	4.916.339	4.475.247	Total do passivo	4.916.339	4.475.247	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	Capital realizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	
		Legal	Outras		
344.387	36.235	299.140	-	-	679.762
Aumento de capital (AGOE de 16.04.2018)	100.000	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	66.598	66.598
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	3.330	-	(3.330)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	-	(63.268)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldo em 30 de junho de 2018	444.387	39.565	242.408	226.960	729.350
Saldo em 31 de dezembro de 2018	444.387	42.365	295.619	782.371	867.570
Lucro líquido do semestre	-	-	-	86.750	86.750
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	4.338	-	(4.338)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	-	(82.412)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	444.387	46.703	378.031	869.121	869.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de veículos com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de automóveis, através da modalidade de arrendamento com direito ao consumidor, utilizando o financiamento fiduciário do bem, como garantia real das operações.
As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2019 foram aprovadas pela Diretoria em 14 de agosto de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, subsidiárias da instituição no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios da Emprego).
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Ajuste de avaliação
A apuração das receitas e das despesas obedece ao regime de competência.
b. Estimativas contábeis
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.
c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.
d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pelo Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e as eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7e.
Instrumentos financeiros derivativos
O Banco faz uso de swaps, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta sua finalidade e para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue: Operações de swap - pro-rata à receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço.
As operações são custodiadas na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3). As operações são avaliadas a mercado, o que nas taxas em atualização diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas listas atualizadas da B3.
Bens não de uso próprio
São bens não de uso próprio, compostos basicamente por motos e veículos recebidos em dação de pagamento. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria.
Créditos tributários
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.
Ativos contingentes
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2019.
Despesas antecipadas
Referente às despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, para os contratos acordados até dezembro de 2014 as despesas serão apropriadas de acordo com o prazo dos contratos. Com a divulgação da Circular nº 3.693/13 do BACEN, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.
Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro-rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.
e. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
• Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados 20%, veículos 20%, e demais equipamentos 10%.
• Intangível representado por software reajustado com base nas orientações da Carta-Circular nº 3.357 do BACEN, com vida útil definida e cuja utilização terá benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.
f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:
• **Imposto de renda:** 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável, exceto em R\$ 120 no semestre.
• **Contribuição social:** 15%, sobre o lucro tributável a partir de janeiro de 2019, conforme a Lei nº 13.169/19.
Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores.
As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.
Outros passivos
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base pro-rata dia) incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades		
Contas correntes bancárias	11.690	4.410
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letra do Tesouro Nacional - LTN	14.552	138.011
Nota do Tesouro Nacional - NTN	174.028	31.800
Títulos e valores mobiliários		
Cotas de fundos de investimentos	355	590
	200.625	174.811
Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.		

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios classificados para negociação com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

	2019	2018
Cotas subordinadas - FIDC Auto Honda	730.178	677.748
	730.178	677.748

a. Cotas de investimento - Fundo de investimento em direitos creditórios
O FIDC Auto Honda é um fundo de investimento aberto, administrado pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Honda Automóveis do Brasil Ltda.
O Banco Honda, sob a condição de cotista subordinado, efetuou seu primeiro investimento em 24 de outubro de 2017.
Em 30 de junho de 2019, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC - Auto Honda).
As cotas foram classificadas como para negociação.
b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Rendas de aplicação em cotas de fundo de investimento	25.007	26.608
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.931	5.442
	30.938	32.050

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
O Banco faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme regras específicas do BACEN, que se destinam a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção (hedge) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, dos descompassos entre moedas de suas operações passivas.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos financeiros testados e avaliados.
Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais a valor justo, tendo como contrapartida às respectivas contas de resultado.

a. Instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumento de hedge
Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos de swap, registrados na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3).
Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

	2019					
	Valor referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida	Ajuste a receber	Posição líquida
Contratos						
Swap	987.256	16.496	-	16.496	12.772	(30.841)
		16.496	-	16.496	12.772	(30.841)

	2018					
	Valor referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida	Ajuste a receber	Posição líquida
Contratos						
Swap (Hedge accounting)	193.500	3.126	(7.172)	(4.046)	2.895	(9.654)
Swap	378.106	36.262	(332)	35.930	31.682	-
		39.888	(7.504)	31.884	34.577	(9.654)

A última operação de Hedge accounting foi liquidada em 11.01.2019.
Para a obtenção dos valores de mercado dos swaps é estimado o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas pontas descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nas taxas da B3.

	2019					
	Valor referência	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (ponta ativa)	USD + Pré	687.256	38.464	123.519	367.944	168.218
Swap (ponta passiva)	Pré	687.256	40.707	121.030	368.875	174.071

	2018					
	Valor referência	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (Hedge accounting)						
Swap (ponta ativa)	USD	193.500	97.219	-	97.883	-
Swap (ponta passiva)	Pré	193.500	94.602	-	107.259	-

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2019	2018
Rendas com operações de Swap	72.317	99.397
Despesas com operações de Swap	(83.909)	(48.241)
	(11.592)	51.156

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a. Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	2019	2018
Setor privado		
Indústria	1.516	971
Comércio	81.417	63.012
Outros serviços	9.850	9.141
Pessoa física	3.780.330	3.391.234
	3.853.113	3.464.358

b. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2019	2018
Vencidos (*)	64.882	65.402
A vencer		
De 1 a 90 dias	646.583	58

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL devidos no semestre	34.858	20.994	36.275	29.114
Realização do crédito tributário diferido	5.668	3.401	(5.128)	1.986
Constituição do crédito tributário diferido	(4.192)	(2.515)	2.033	1.627
Total de imposto de renda e contribuição social	36.334	21.880	33.180	32.727

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2019 e 2018

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Créditos baixados como prejuízo	506.989	506.989	483.722	483.722
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	232.987	232.987	223.188	223.188
Provisão para contingências	27.066	27.066	30.428	30.428
Outros	6.117	6.117	5.167	5.167
Marcação a Mercado - Swap	14.293	14.293	8.695	8.695
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	787.452	787.452	751.200	751.200
Total dos créditos tributários	196.863	118.118	185.626	122.300

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Outros créditos - Diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Natureza da origem dos créditos tributários

	Saldo em 31/12/2018		Constituição / Reversão		Realização		Saldo em 30/06/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Créditos baixados como prejuízo	507.569	74.616	(75.196)	-	506.989	-	506.989	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	227.928	132.118	(127.059)	-	232.987	-	232.987	-
Marcação a Mercado - Swap	24.328	3.024	(13.040)	-	14.293	-	14.293	-
Ações trabalhistas	15.894	2.815	(2.216)	-	16.493	-	16.493	-
Ações contrárias (Cíveis)	11.013	3.148	(3.588)	-	10.573	-	10.573	-
Desvalorização - Bens não de uso próprio	2.222	2.043	(1.772)	-	2.493	-	2.493	-
Ações Fiscais	316	26	-	-	342	-	342	-
Outros créditos	3.300	3.383	(3.401)	-	3.282	-	3.282	-
Total dos créditos tributários	792.551	221.173	(226.272)	-	787.452	-	787.452	-

e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2019

	5 anos seguintes						Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2023	
Imposto de renda							
Ações Contrárias (Cíveis)	-	1.817	358	203	121	147	2.646
PD.D	38.556	15.587	3.217	828	57	-	58.245
Créd. Baixados - Prejuízo	11.948	28.588	29.470	33.076	23.665	-	126.747
Desvalorização - BNDU	623	-	-	-	-	-	623
Ações Trabalhistas	515	851	1.274	612	485	386	4.123
Gravames	133	-	-	-	-	-	133
Outras Adições	773	-	-	-	-	-	773
Marcação a Mercado - Swap	5	2.936	632	-	-	-	3.573
	52.563	49.779	34.951	34.719	24.328	533	186.863
						Últimos 5 anos	Total
Contribuição social							
Ações Contrárias (Cíveis)	-	1.090	215	122	72	86	1.585
PD.D	23.134	9.363	1.930	497	34	-	34.948
Créd. Baixados - Prejuízo	7.169	17.153	17.682	19.846	14.199	-	76.049
Desvalorização - BNDU	374	-	-	-	-	-	374
Ações Trabalhistas	309	511	764	367	291	232	2.474
Gravames	80	-	-	-	-	-	80
Outras Adições	464	-	-	-	-	-	464
Marcação a Mercado - Swap	3	1.762	379	-	-	-	2.144
	31.533	29.869	20.970	20.832	14.596	318	118.118

O valor presente destes créditos tributários é de R\$ 276.197 em 30 de junho de 2019 (R\$ 269.979 em 30 de junho de 2018), considerando-se taxa Selic de 6,50% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição dos créditos tributários foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2019 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de 26,70% no ano de 2019; 25,29% no ano de 2020; 17,75% no ano de 2021; 17,64% no ano de 2022; 12,36% no ano de 2023; 0,27% para os cinco anos seguintes. Essas estimativas são baseadas trimestralmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, revisados em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômico-financeiros.

16. PATRIMÔNIO LIQUIDO

a. Capital Social
Em 30 de junho de 2019, o capital social é de R\$ 444.387 (R\$ 444.387 em 30 de junho de 2018), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, total integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

c. Outras reservas de lucro
Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas.

d. Dividendos
No primeiro semestre de 2019 não houve distribuição de dividendos.

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2019	2018	
Despesa de serviços prioritários - Pessoa física	38.085	35.845
Rendas de cobrança	2.878	2.138
Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	210	214
	41.173	38.197

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

2019	2018	
Despesa de comissão (i)	23.871	18.990
Serviços de terceiros (ii)	21.331	18.410
Serviços técnicos especializados	7.568	6.075
Custas processuais	3.529	2.865
Despesa de processamento de dados	3.256	2.613
Despesa de promoções e relações	3.198	630
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.105	2.428
Despesa de cartório	2.328	1.351
Despesa de comunicação	1.120	1.136
Campanha de vendas	1.065	1.796
Outras despesas administrativas	4.063	3.486
	74.436	59.800

(i) Basicamente pagamento de comissões de venda
(ii) Basicamente serviços contratados de Consultorias

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

2019	2018	
Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 13a)	7.536	3.676
Reversão de desvalorização de Bens não de uso - BNDU	1.769	2.220
Reembolso de despesas Bens não de uso - BNDU	1.685	2.305
Reversão de provisões diversas	152	169
Outras	174	113
	11.316	8.773

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

2019	2018	
Provisão para contingências	7.694	4.016
Desvalorização de bens não de uso - BNDU	2.040	1.786
Indenização ações contrárias	1.127	939
Despesas com despachante	965	1.334
Campanha de cobrança	558	2.171
Desconto concedido	1.250	725
Outras	1.204	301
	13.826	11.472

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma.

Honda Automóveis do Brasil Ltda

	1º Semestre 2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Valores a receber	251	-	1.736	-
Valores recebidos antecipadamente	(10.882)	15.167	(8.637)	6.645
Moto Honda da Amazônia Ltda.				
Aluguel de imóvel	(162)	264	(303)	516
	(111)	(64)	(10)	(60)
Outras despesas	(143)	(605)	(106)	(445)

...continuação

	1º Semestre			
	2019 Ativo (passivo)	2019 Receita (despesa)	2018 Ativo (passivo)	2018 Receita (despesa)
Honda Serviços Ltda.				
Prestação de serviço de assessoria administrativa	(2.781)	(11.874)	(2.526)	(9.930)
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.				
Aluguel de móveis e equipamentos	-	(1.020)	-	(871)
Depósitos a prazo	(61.568)	(1.749)	(59.912)	(2.218)
Valores a receber	-	(6)	-	(6)
Honda Leasing				
Depósitos interfinanceiros	(19.148)	(586)	(19.004)	(586)
FIDC Auto Honda				
Agente de cobrança	-	2.878	-	2.138

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se ativerem os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No 1º semestre de 2019, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores e não há previsão de pagamento para o 2º semestre de 2019.

A Administração do Banco recebe a remuneração fixa ou gratificações exclusivamente por outras empresas do Grupo nas quais desempenha função equivalente.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão
O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2019 somaram R\$ 62 (R\$ 63 no 1º semestre de 2018), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional
Em 30 de junho de 2019, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 21,89% (24,42% em 30 de junho de 2018, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital
Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.721/09, 3.464/07, 4.050/12, 3.380/06, 4.327/14, 3.968/11, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos e capital, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos inerentes da instituição.

Para nortear essas atividades, a diretoria da instituição estabeleceu políticas específicas para gestão de cada risco.

Gerenciamento de Risco de Crédito
O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco utiliza modelos internos para calcular a probabilidade default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez
O gerenciamento de risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros do Banco considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

O Banco utiliza diversas técnicas de testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

Risco Operacional
Para o cálculo do risco de juros na carteira de banking, o Banco utiliza o modelo Ewert no abordamento de valor econômico.

Risco de Crédito
A gestão de risco operacional segue a finalidade de garantir que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhas ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco Sociambiental
A gestão de risco sociambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

Gerenciamento Capital
A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento de nível de capital mínimo do Banco, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

O Banco utiliza diversas técnicas de testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

As descrições dessas atividades estão detalhadas em relatórios de atividades e nos relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

d. Covenants
Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A. Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e Japan Bank For International Cooperation - JIBC, com último vencimento em outubro/2020, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômica.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/0-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista do Banco Honda S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração sobre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2019

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/0-3

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/0-6